

**CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**EMENTA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Metodologia da Educação Jurídica, Avaliação e Desenvolvimento

**CÓDIGO:** MAD001D04GB

**ÁREA DE AVALIAÇÃO NA CAPES:** Direito

**CURSO:** Mestrado Acadêmico em Direito

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Direito, Acesso à Justiça e ao Desenvolvimento

**CARGA HORÁRIA:** 45 h/a

**EMENTA:**

Educação, ensino e ensinagem: suas metodologias. Acesso à educação e políticas públicas na área educacional. A formação de juízes, advogados e membros do Ministério Público e como ela influencia nas atividades exercidas. A formação dos profissionais jurídicos e suas influências no acesso à justiça e ao desenvolvimento. Direito ao desenvolvimento como direito humano e fundamental. Avaliação educacional como instrumento de formação, regulação e acesso ao desenvolvimento. Desafios epistemológicos e práticos da avaliação no âmbito da educação jurídica. Fundamentos e práticas de avaliação. Avaliação para a aprendizagem, avaliação de instituições escolares e avaliação de políticas públicas. Formação profissional jurídica e seus desafios em termos de aperfeiçoamento e avaliação. Desenvolvimento e/ou criação de modelos em avaliação e instrumentos de medidas para avaliar o desempenho dos cursos jurídicos. Estratégias de acompanhamento de políticas sociais de espectro mais amplo. Rumos da educação jurídica e da avaliação no século XXI.

**BIBLIOGRAFIA:**

ABREU, Sérgio França Adorno de. Os Aprendizes do Poder – bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BARBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto Torres (orgs.).

Globalização e Educação: perspectivas críticas.

Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema educativo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. “O Direito ao Desenvolvimento como Direito Humano”, in Revista Brasileira de Estudos Políticos. Minas Gerais: UFMG, 1995.

- CONSTABLE, Marianne. Law as Language. *Critical Analysis of Law: An International Interdisciplinary Law Review*. 1:1 (2014), p. 63-74.
- CORREA, Leonardo Alves. Existe um conceito jurídico de desenvolvimento?: notas da proposta de uma teoria jurídica de desenvolvimento pluridimensional constitucionalmente adequada. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDPE*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 269-287, mar./ago. 2012.
- DEMO, Pedro. Avaliação sob o olhar propedêutico. Campinas: Papyrus, 1996.
- DILTHEY, Wilhelm. Filosofia e Educação: textos selecionados. Org. Maria de Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. Trad. Alfred Josef Keller e Maria de Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- FRANCO, Magda Pascon Junqueira; SPAGNOL, Rosângela Paiva. Educação jurídica: uma responsabilidade em contexto com o social. *Atualidades Jurídicas – Revista do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil*, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, p. 125-144, jan./jun. 2012.
- JONAS, Hans. O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos e ALVES, Nilda (orgs.). *Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIMA, Carolina Alves de Souza. A conquista da educação como direito fundamental. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC*, Belo Horizonte, ano 9, n. 32, p. -, maio/ago. 2015.
- NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A jurisdição constitucional e os direitos fundamentais: uma análise em torno do direito ao desenvolvimento. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 11, n. 46, p. 57-74, out./dez. 2011.
- NOLETO, Mauro Almeida. Metodologia do ensino jurídico e avaliação em direito. *Revista CEJ*. v. 2, n. 4, p. 111, abr. 1998.
- PARO, Vitor Henrique. Educação como Exercício do Poder: crítica ao senso comum em educação. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. (Trad.) Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. *Docência no Ensino Superior*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- SADEK, Maria Tereza; BENETI, Sidnei Agostinho e FALCÃO, Joaquim. *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SADEK, Maria Tereza. *O Ministério Público e a justiça no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma Revolução Democrática da Justiça*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- SEN, Amrtya. *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação na perspectiva formativo-reguladora: pressupostos teóricos e práticos. Porto Alegre: Mediação, 2010.

STRECK, Lênio Luiz. Jurisdição Constitucional e Decisão Jurídica. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

TYLER, R.W. Avaliando experiências de aprendizagem. In: Goldberg, M.A.A & SOUZA, C.P. (orgs.). Avaliação de programas educacionais: vicissitudes controvérsias e desafios. São Paulo: EPU, 1982.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VIANNA, Heraldo M. Avaliação Educacional: teoria – planejamento - modelos. São Paulo: IBRASA, 2000.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 2ed. (Trad.) Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VVAA. Intérpretes do Brasil. Coordenação, seleção de livros e prefácio, Silvano Santiago. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2ed, 2002 (Coleção em 3 volumes).